

# Técnicos sugerem que o País declare "moratória bem feita" *duranda externa*

Valter Melo

Uma avaliação da crise brasileira, elaborada por técnicos que trabalham para o Governo, a qual o **Jornal de Brasília** teve acesso com exclusividade, defende a tese da "moratória bem feita" em relação à dívida do Brasil para com os bancos privados estrangeiros e a adoção de uma nova postura frente ao FMI. O estudo acha que a equipe econômica do Governo — agora renovada com a admissão do professor Affonso Pastore — deve "negociar duro com o Fundo Monetário Internacional".

Esta nova postura brasileira viria em defesa dos interesses nacionais, "de modo a defender a economia das imposições de um remédio recessivo e destrutivo, sem interromper as relações comerciais com o exterior e os créditos a curto prazo, essenciais para manter as importações e a produção".

Estas negociações "duras" com o FMI dariam sentido mais amplo ao que hoje é geral na sociedade e principalmente nos meios empresariais: o único remédio que o Fundo conhece para ajustar a economia de um país é a recessão, e que esta receita, no Brasil, surte efeito contrário — isto é, ao invés de ajustar, desajusta. Os exemplos estão aí a olhos vistos: a inflação continua elevada, o parque industrial com uma média de 25% de ociosidade, em certos casos chegando a 60%.

Na opinião destes técnicos de alto nível, na atual conjuntura o Governo deve fazer alguma coisa, além de modificar sua postura em relação ao FMI. E entre as coisas que têm que ser feitas é despertar a política monetária. Argumentam que, nas atuais condições, esta elasticidade permitiria que as empresas incrementassem o nível de utilização dos equipamentos ociosos e do emprego. E oferecem — esses técnicos — uma explicação singela para convencer o Governo de que uma maior demanda, acompanhada por uma oferta mais elevada de crédito, não implicaria necessariamente em realimentar a inflação. Devido à sua própria situação de funcionamento bem abaixo da capacidade, poucas empresas reagiriam à maior demanda aumentando preços.

Dados e projeções para o futuro e argumentos não faltam na tentativa de convencer o trio econômico (Galvão, Delfim e Pastore) a mudar sua política diante da realidade interna e externa, muito evidente. Além da reconhecida deterioração social, a persistirem as atuais elevadas taxas de desemprego, somem-se aquelas, por exemplo, de natureza técnica que vêm do setor industrial, duramente atingido pela recessão econômica.

As indústrias, com raras exceções, estão hibernando para sobreviver à crise e têm demonstrado "capacidade surpreendente" para se ajustarem às novas e baixas escalas de produção.

O estudo enfatiza, também, que desde 1980, praticamente não se fazem novos investimentos

na compra de maquinaria nova, o que levará o parque industrial brasileiro, ao cabo de cinco anos, à defasagem total, a ponto de dificilmente retomar a competitividade internacional. O exemplo mais gritante é da indústria têxtil, que já nas atuais condições está com seu maquinário pouco competitivo em comparação com as instalações da indústria têxtil de Hong Kong e Taiwan.

Em tais casos, como é revelado, nem mesmo o corte de impostos e a política de máximas e mínimas valorizações do cruzeiro são insuficientes para manter a competitividade da indústria nacional. E, mesmo depois da crise, não haverá suficiente incentivo capaz de fazer com que o maquinário se recomponha em termos de modernização e produtividade em curto e médio prazos.

Ao classificar de irrealistas as metas contidas na carta de intenções do FMI, cujo teor foi divulgado no Brasil no último dia 20, o estudo vê nela contradições evidentes, como se fosse compatível a política de redução da inflação para 55% em 1984, ao mesmo tempo em que se efetua um profundo corte nos subsídios, para que o déficit público desça ao patamar de 1% do Produto Interno Bruto (PIB), além do compromisso de se obter um saldo comercial de US\$ 9 bilhões. Porém, neste jogo de metas, está claro que se trata apenas de intenções que nunca são concretizadas por razões óbvias.

O lado mais interessante do que pensam estes técnicos está na sua proposta, concisa, de uma moratória, palavra ainda proibida nos corredores do Governo. Esta "moratória bem feita" partiria do pressuposto de que o remédio do FMI, se aplicado no pé da letra, acabará matando o paciente e defunto não paga dívida alguma. Daí, segundo esta lógica, os planos do FMI para os países endividados não mais interessarem aos banqueiros, que seriam induzidos a pensar mais racionalmente neste quadro.

A moratória bem conduzida e bem concretizada começaria pelo anúncio oficial da suspensão dos pagamentos dos juros sobre a dívida não comercial e a manutenção dos pagamentos da dívida comercial — ou seja, dos créditos de curto prazo de fornecedores, financiamentos de importação e a manutenção, ainda do pagamento de bens e serviços. Em seguida, o governo tomaria a frente na abertura de negociações sobre o pagamento dos juros e do principal da dívida não comercial.

A dívida seria paga estabelecendo-se uma separação de acordo com os montantes e o tipo de devedor e finalmente estabelecendo-se condições novas de pagamento, tais como carências, prazos maiores, taxas de juros mais baixas etc. Esta estratégia, conclui o estudo, só teria sentido se a renegociação obedecer a parâmetros realistas, no sentido de dar espaço para a recuperação econômica do país e para os investimentos nos setores geradores de divisas.